

Rumo a um Guia Digital de Acervos Musicais

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SIMPÓSIO TEMÁTICO: Acervos Musicais Brasileiros

Renato Pereira Torres Borges
Amplificar
renatoptborges@gmail.com

Resumo. A partir do estudo de iniciativas anteriores, discutem-se subsídios técnicos para a criação de um guia digital de acervos de interesse musical e musicológico em âmbito nacional, baseado em elementos hipertextuais. São analisadas iniciativas anteriores, a fim de estudar especialmente aspectos que possam causar necessidade de atualização dos dados levantados. Como resultado da análise, nota-se a tensão entre guias de caráter permanente ou corrente e os acervos, sempre suscetíveis a transformações. Conclui-se a comunicação com o esboço de uma proposta de guia que possa dar conta das frequentes mudanças dos acervos.

Palavras-chave. Guia de acervos; Acervos; Música.

Toward a Digital Guide of Musical Archives

Abstract. Based on the study of previous initiatives, this paper discusses technical foundations toward the creation of a digital guide to archives of musical and musicological interest at national level, using hypertextual elements. Prior projects are analyzed, with particular attention to aspects that may require data updates. As a result of the analysis, a tension emerges between guides with a permanent or current character and the archives themselves, which are constantly subject to change. The presentation concludes with an outline of a guide proposal that could accommodate the frequent transformations of such archives.

Keywords. Archives guide; Archives; Music.

Introdução

Um guia de acervos é uma ferramenta-base necessária para projetos de grande abrangência, por ser capaz de oferecer as informações o mais básicas possível sobre acervos, como seus nomes, locais e até o simples fato de existirem. O histórico de iniciativas diversas



na área da Música rumo a um guia brasileiro de acervos de interesse musical e musicológico em âmbito nacional demonstra que tal instrumento de pesquisa¹ é um desejo antigo da área.

Como iniciativa concreta mais recente, indica-se o movimento relativo à meta “Criação de linha de fomento a Centros de Documentação Musical: preservação de Patrimônio Musical Material e Imaterial”, proposta por Raquel Aranha ao Novo Plano Nacional de Cultura, para o período 2026-2035 (Brasil, 2024). Como desdobramento da proposta, reconhecidos musicólogos brasileiros da área redigiram e assinaram a “Carta de Intenções de Planejamento para um Plano Nacional de Salvaguarda de Patrimônio Histórico Musical Brasileiro”, utilizada em reunião junto ao Ministério da Cultura, onde se expressa a pergunta-demanda basilar para um projeto como o que se discute aqui: “Quantos são os acervos musicais? Não sabemos! Ainda não há um guia nacional ou uma grande base de dados colaborativa. Estimamos entre milhares e algumas dezenas de milhares, a depender da delimitação dos tipos documentais.” Os signatários da carta são Paulo Castagna, Fernando Lacerda, Pedro Aragão, Luciana Requião, Maya Suemi Lemos e Lilian Maria Silva, além da própria proponente (CDM SJC, 2025).

A exclamação, assinada por pesquisadores responsáveis por alguns dos principais acervos de música no país e de carreira consolidada em investigações em acervos, demonstra a necessidade de identificarmos acervos país afora e articularmos custodiadores e pesquisadores, em uma demanda de natureza muito mais básica do que uma desejada integração de catálogos digitais, com a interoperabilidade dos dados entre instituições diferentes. Mesmo entre os acervos conhecidos, inúmeros estão em situação precária até mesmo de acondicionamento, sem qualquer catalogação. O guia que esta comunicação delineia atende demandas diferentes, se dedicando a tratar os acervos (e não seus documentos) como unidades. A análise privilegia a discussão técnica de uma possível solução, que pode ser adotada por instâncias oficiais (como universidades, instituto de pesquisa, secretarias de cultura e o Ministério da Cultura, em seu Plano Nacional de Cultura) e/ou instâncias associativas (como as associações acadêmicas da área).

¹ Das diferentes definições para “instrumento de pesquisa”, adota-se aqui a definição do *Dicionário de Terminologia Arquivística* (Camargo; Belloto, 1996, p. 30): “obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.”. Definições divergentes foram oferecidas pelo Arquivo Nacional (2005) e por Lopez (2002).



Estima-se que tal instrumento de pesquisa tenha como primeiro público-alvo pesquisadores dedicados ao mapeamento de acervos, a fim de que seu conteúdo e formato sejam consolidados e, aos poucos, passe a ser relevante também para pesquisadores interessados em documentos, suportes ou elementos específicos encontrados em tais acervos. Quando chegar neste ponto, o guia de acervos será tão consistente quanto também for a rede nacional de pesquisadores envolvidos com essa questão.

Para delinear um primeiro esboço de estrutura para tal guia, foram analisadas iniciativas anteriores de grande qualidade e valor para a comunidade acadêmica (Acamufec, 2023; Benetti, 2018; Biblioteca da ECA, 2017; Castagna, 2023; [2025?]; Duarte, 2016; Funarte, [201-]; UFPel, 2023), buscando identificar eventuais pontos de aperfeiçoamento, a partir de seu uso e das limitações por que passaram. Percebe-se como principal ponto de reflexão a tensão entre guias de caráter permanente ou corrente e os acervos em si, tomados aqui como objetos situacionais, para que ao final seja possível apresentar uma proposta de estrutura fundamental para um guia de acervos.

Acervos como objeto de estudo, diversidade e temporalidade

Já há décadas, inúmeras pesquisas da área da Música vêm tomando acervos existentes no Brasil (e não apenas alguns de seus documentos) como objeto de estudo. As pesquisas demonstram que acervos têm camadas simultâneas de diversidade, com cada um apresentando uma combinação específica de características, ao que podemos denominar “diversidade complexa”. São “diversas diversidades” a serem tratadas, das quais mencionamos algumas aqui apenas a mérito de ilustração.

Há, por exemplo, uma grande *diversidade tipológica*, já que muitas espécies de documentos, suportes e formatos são relevantes para estudos na área da Música, para além dos itens musicográficos, bibliográficos e fonográficos (Castagna, 2023, p. 417). Há também a *diversidade de conteúdo*, definida pela função de tal acervo e que define o que deve ser recolhido, o que deve ser salvaguardado e o que deve ser descartado.

Também se verifica uma *diversidade de condições de conservação*: há desde acervos prontos para consulta e em uso por músicos e musicólogos até aqueles em intenso processo de destruição por agentes biológicos e químicos ou por descarte pela falta de opção para



destinação. Diferentes acervos têm diferentes demandas de caráter documental, como divulgação de existência, descrição, higienização, catalogação e acondicionamento, mais próximas às áreas de Arquivologia e Biblioteconomia. Frequentemente, há também necessidade de restauração e de reintegração do acervo junto à população local. Já demandas no âmbito notacional incluem, entre muitos exemplos, identificação de autores, análise estilística, reconstituição das redes de referências musicais dos autores dos documentos presentes nos acervos e da própria utilização deste patrimônio em novas atividades musicais.

Acervos também são diversos do ponto de vista de sua *propriedade*: há acervos pessoais, familiares, privados, eclesiásticos e públicos, por exemplo. Mais do que uma mera classificação, cada uma dessas naturezas condiciona o estabelecimento das relações entre pesquisadores e detentores, considerando que acervos não são meramente um conjunto impessoal de objetos, mas sim acessados graças à interação entre aqueles que os mantêm e aqueles que os querem consultar. A *diversidade de propriedade* também se reflete na *abrangência/localização* e nas *condições de uso* dos acervos. Se a abrangência de acervos eclesiásticos segue uma distribuição geográfica conforme a estrutura religiosa a qual pertencem, acervos universitários se distribuem segundo o planejamento de expansão educacional e assim por diante com outros acervos.

As iniciativas analisadas nesta comunicação estabelecem suas delimitações restringindo ao menos uma dessas dimensões. Mesmo assim, por serem tantas, cada acervo carrega uma exuberância informacional que estimula análises de sua própria identidade, como unidade, para além da análise de alguns de seus documentos, considerados à parte do corpo documental.

Não bastasse a diversidade complexa dos acervos, a maior dificuldade enfrentada por guias de acervos é que todas essas características podem mudar com o passar do tempo. Um acervo pessoal pode ser absorvido por uma biblioteca pública, um arquivo estabelecido pode receber sua primeira doação de partituras e a unidade local pode danificar parte de um acervo. Em pouco tempo, algo irá mudar: sua localização, sua abrangência, sua propriedade, o responsável por sua custódia, seu conteúdo, suas condições de conservação e de uso... a lista é grande.

Devido à constante transformação pela qual acervos passam, eles são melhor tomados como objetos situacionais. O conceito de “objeto situacional”, apresentado em publicação



anterior (Borges, 2021), é pertinente aqui para entender a natureza da armadilha de tomar acervos como objetos documentais de pesquisa, quando da produção de instrumentos como guias e catálogos.

A vasta maioria das estratégias de pesquisa na área de Música procura transformar objetos situacionais em objetos documentais, aos quais suas ferramentas estão mais bem moldadas (Borges, 2021), e, devido à natureza viva dos acervos, tomar informações sobre eles como informações permanentes se torna uma das armadilhas mais comuns durante a geração de um guia de acervos. Por isso, é necessário pensar a conversão da natureza situacional para a natureza documental, para que um guia possa dar conta da temporalidade dos acervos, foco de análise de caráter técnico desta comunicação.

Foram analisadas seis iniciativas de criação de guias de acervos. Elas podem ser agrupadas em duas categorias, de acordo com suas concepções: uma em que os guias são documentos permanentes e outra em que os guias são documentos correntes, aqui chamadas Estratégia A e Estratégia B, respectivamente. A análise levou à elaboração de uma terceira estratégia, proposta ao final.

Estratégia A: Guia permanente

A estratégia de tomar guias como *documentos permanentes* se utiliza do meio tradicional de compartilhamento acadêmico de informações. Tais guias são publicados como textos, ou partes deles, a exemplo de artigos, comunicações, TCCs, livros, anexos e apêndices.

Esta foi a solução adotada, por exemplo, por Paulo Castagna com o capítulo “Acervos musicais da Região Sudeste do Brasil” (Castagna, 2023) no livro dedicado à região Sudeste na série *Histórias da Música no Brasil*, produzida pela ANPPOM. O texto apresenta quadros que listam os acervos da região. Em torno dos quadros, apresenta parágrafos explicativos sobre as informações compiladas, se constituindo formalmente como um capítulo do livro. Vale ressaltar que o capítulo, talvez pela sua proposta e formato, é o único alocado em uma seção intitulada “Coda” do volume e que este é o único livro, dos cinco da série, que possui uma seção como essa, demonstrando que o compartilhamento deste tipo de informação ainda se trata de uma excepcionalidade.



Outra solução de natureza semelhante foi adotada por Fernando Lacerda Duarte, em sua tese, ao publicar como anexo a “Listagem das instituições visitadas em pesquisa de campo” (Duarte, 2016). Ambas as publicações têm grande valor informacional, mas são vítimas da tradição comunicacional da área, ao **precisarem** cristalizar em documentos permanentes algo em permanente transformação, um conjunto de objetos situacionais². Por sua natureza, um documento estabelece um retrato de momento.

Um terceiro instrumento de pesquisa com esta proposta foi o blog *Guia de Acervos Musicais Brasileiros*, produzido pela Biblioteca da ECA-USP (2017), composto de fichas descritivas de acervos, apresentando instituição, acervo, áreas, principais coleções e destaques, política de uso e acesso, normas para consulta de acervo raro, forma de reprodução, histórico, catálogos, site, contatos, horário de atendimento e equipe. Cada ficha é um post do blog e é descrita no site por meio de categorias e etiquetas. Embora tenha a estrutura de um blog, este Guia é tratado como uma publicação finalizada, sendo sua ficha mais recentemente publicada de 2017.

Estratégia B: Guia permanente de entradas correntes – a (im)possibilidade de atualização de dados defasados

A segunda estratégia parte de um formato também em constante transformação, casos da lista de bandas produzida pela Funarte ([201-]) e a tabela de Acervos do Inventário Nacional do Choro (Acamufec, 2023; UFPeI, 2023). Ao adotarem sistemas de banco de dados, visualizado em tabelas, esses guias têm a possibilidade de serem tratados como documentos correntes se editados. Do ponto de vista técnico, podem ser tão vivos quanto os acervos que mapeiam. Por outro lado, se nunca forem editados, seguem como documentos permanentes. Neste segundo caso, funcionam da mesma maneira que o meio tradicional de publicação textual, sem que de fato ocorra o estabelecimento de um novo tratamento dos dados.

Isso é facilmente visualizado quando da utilização desses instrumentos na prática de pesquisa, como se vê no trabalho de pesquisa de Duarte (2023). Podemos citar episódios vividos

² Grifo a palavra “precisarem”, porque nada haveria de limitador se esta tivesse sido uma escolha deliberada dos autores. No entanto, destaca-se aqui que esta foi uma necessidade, devido à falta de outras opções de compartilhamento, àquela altura, que incorresse nos mesmos resultados profissionais (possibilidade de ser avaliado, circulação como aprovado, reconhecimento por produção e publicação etc.).



pelo pesquisador, contrastando a preparação para viagens e visitas musicológicas e as viagens e visitas propriamente ditas, pois o pesquisador utiliza a lista de bandas da Funarte para planejar pontos de parada onde possa encontrar acervos e músicos. Em uma frase, Duarte já aponta três elementos que minam um suposto caráter permanente do mapeamento:

Em que pese a constatação de incongruências entre dados, em razão de novas numerações de vias públicas, mudanças de sede etc., o fato que mais chama a atenção é o acentuado perecimento das bandas, em um período razoavelmente curto. (Duarte, 2023, p. 4, grifos nossos).

Os dados apresentados na lista para cada banda são nome, endereço, município, unidade federativa, email e telefone, fornecidos pelos próprios membros das bandas. Enquanto recentes, as informações apresentadas têm maior proximidade com as reais condições dos acervos, mas, conforme o tempo passa, mais rápido os dados do levantamento se distanciam da realidade.

É importante apontar que o fato de certas informações terem prazo de validade ainda assim não desautoriza os mapeamentos por completo. Eles continuam sendo úteis como melhor ponto de partida para o levantamento dessas informações, desde que tomadas não como definitivas, mas como possíveis descritores de uma realidade em movimento, como apontado por Duarte em duas ocasiões:

Obviamente, as bandas que não são localizadas e as informações acerca de sua inatividade obtidas na pesquisa *in loco* sempre podem decorrer da desinformação de quem as fornece. Não foi raro, contudo, que, quando averiguadas junto às prefeituras – ao se tratarem de bandas registradas como municipais, na base de dados – tais informações se confirmarem (Duarte, 2023, p. 4-5, grifos nossos).

Quanto à Banda Municipal de Catolé do Rocha, indicada no catálogo de bandas da FUNARTE, a secretária de Cultura da cidade nos informou que ela foi desativada e não há notícia da existência de um acervo musical preservado de sua atuação. (Duarte, 2024, p. 8, grifos nossos).

Tal qual em publicações tradicionais de textos acadêmicos (como as já comentadas), as informações também têm “prazo de validade”, mas são apresentadas no guia de bandas como permanentes. As entradas na lista de bandas nem mesmo declaram o momento de seu registro.



O inteligente envolvimento de instâncias formais foi uma solução encontrada por Duarte para sanar uma consequência negativa da concepção adotada para a construção da lista.

No entanto – e isso é o essencial a ressaltar aqui –, os dados atualizados, obtidos por Duarte, não têm como serem absorvidos pela lista já publicada. Nesse sentido, apesar de tecnicamente se caracterizar como documento corrente passível de ajustes, a lista de bandas é tratada como um documento permanente. Pior que o pesquisador precisar sanar individualmente os efeitos de uma concepção defasada de um projeto coletivo é o fato de ele poder saná-los apenas para si próprio, pois todos os próximos pesquisadores terão que fazer o mesmo. Ou seja, por não absorver essas atualizações, a lista acaba fazendo com que desperdicemos nosso maior recurso, o tempo.

Indo por outro caminho, o levantamento de acervos do Inventário Nacional do Choro (Acamufec, 2023; UFPel, 2023) acabou por cair na mesma armadilha. Comparado à listagem de bandas da Funarte, este levantamento também prevê a participação de colaboradores, mas inclui um número muito maior de informações: nome, institucionalidade, instituição/pessoa custodiadora, cidade, estado, região, endereço, descrição geral, histórico, estado da coleção, acessibilidade da coleção, site, email, referências e informações complementares.

O Inventário, construído como banco de dados virtual, está potencialmente aberto a atualizações de seus dados, mas não oferece a seus consulentes a visualização do histórico dessas atualizações. De seu ponto de vista, a situação é igual à vivida com o guia de bandas da Funarte: é necessário sempre desconfiar dos dados, devido ao caráter vivo do que foi inventariado.

Mais uma vez, o tempo age contra os dados, mas aqui de duas maneiras. A primeira se dá pela natureza permanente que as entradas do banco buscam ter e acontece do ponto de vista dos colaboradores do banco. Com entradas sem datação e considerada a enorme quantidade de metadados e de acervos já reunidos no Inventário, é necessário muito trabalho recorrente para (re)verificar e atualizar as informações já produzidas e presentes no sistema para que o levantamento continue podendo ostentar o caráter de instrumento de pesquisa atualizado. A segunda se dá por uma concepção do projeto e afeta os consulentes de maneira frontal: a “atualização de uma informação em um site”, da maneira como normalmente é feita, exclui a informação existente por completo, em favor da nova informação. Em outras palavras,



perde-se informação, descartando o resultado de trabalho anterior³. Por essa razão, o caráter integralmente corrente também não parece a solução ideal para um instrumento de pesquisa como um guia de acervos. Neste cenário, a tensão entre publicar um documento fechado (um artigo, uma tabela) e um documento aberto (um banco de dados) se evidencia como o problema-base a ser solucionado na concepção de projetos como esses.

Estratégia C: Guia corrente de entradas permanentes

Uma solução para documentar um objeto situacional ativo passa por uma reorientação da natureza das entradas. As informações coletadas em mapeamentos têm vigências potencialmente curtas, gerando a necessidade de uma verificação periódica de sua atualidade. Nesse sentido, as informações levantadas sobre os acervos não podem ser tratadas como permanentes. Em vez disso, propõe-se criar um banco de dados centrado em relatos de visitas realizadas pelos pesquisadores aos acervos, a partir de uma ficha formulaica básica (Quadro 1), elaborada a partir de uma simplificação da ficha de Benetti (2018), cujo principal campo a ser preenchido se intitula “Comentários sobre o acervo”.

³ Um exemplo disso é o que aconteceu com a disponibilização do Mapa dos Acervos Musicais Brasileiros pela Unesp. Iniciado por Castagna na década de 1990, “o levantamento passou a ser divulgado em uma página do portal da Unesp, durante alguns anos, até sua exclusão por ocasião da reforma desse portal na década de 2010” (Castagna, 2023, p. 416). As palavras “reforma” e “atualização” são normalmente utilizadas por gestores de sites em tom celebratório, mas na vasta maioria das vezes representa prejuízos como o causado à divulgação do mapa de Castagna. Neste caso, não foram perdidos os dados do levantamento, mas sim o sistema construído para disponibilizá-los. O levantamento disponível no site de Castagna ([2025?]) lista acervos musicais no Brasil e fora.



Quadro 1 – Proposta de ficha de relato

Nome do autor da ficha	[automático]	
Data de preenchimento	[automático]	
Nome do acervo/custodiador	[Instituição/Pessoa]	
Tipo de acervo	[Pessoal/Familiar/Privado/Eclesiástico/Público/etc.]	
Cidade		
UF		
Site [se existente]		
Publicação referência [caso a ficha seja elaborada a partir de publicação]	[Referência ABNT]	
Publicação inclui imagens	[sim/não/sem publicação]	
Nome do pesquisador autor da publicação [caso a ficha seja elaborada a partir de publicação]		
Dia de visita	[último dia visitado]	
Meio	[múltipla escolha: analógico/digital/online/não sei]	
Gêneros documentais	Textuais; Sonoros; Musicográficos; Iconográficos; Audiovisuais; Eletrônicos.	[sim/não/não sei] para cada gênero
Condições críticas	[sim/não/não sei]	
Comentários sobre o acervo	[campo livre]	

Fonte: elaboração do autor.

As entradas que podem ser escritas por quem de fato visitou o acervo ou por leitores de textos que descrevem tais visitas. Esses relatos sim podem ser considerados permanentes quando acompanhados de datação. Um guia destes relatos é um conjunto documental em progressivo acúmulo, em vez de um documento permanente (Estratégia A) ou metamorfoseável (Estratégia B).

É a partir deles que se propõe, por meio de hipertexto, descrever tanto o acervo no momento da visita, quanto sua própria trajetória de acordo com todas as visitas realizadas, no momento em que mais relatos de visita forem acrescentados. Um breve cabeçalho, com informações derivadas do conjunto de entradas e da entrada mais recente, resume o acervo, logo acima de todas as entradas relativas a visitas a ele, ordenadas da mais recente para a mais antiga (Quadro 2). Dessa maneira, é possível converter um objeto situacional (o acervo em si) em uma série de objetos documentais (as entradas no banco de dados), que darão conta de documentar a transformação deste objeto ao longo do tempo.



Quadro 2 – Exemplificação de visualização do Guia, com dados hipotéticos

Acervo	Entradas	Última atualização	
▸ Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo	2	Breno Amparo	27/01/2025
▸ Sociedade Musical União dos Artistas	1	Nira Pomar	06/06/2025
▼ Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro (RJ) Acervo institucional público	15	Fernando Lacerda	07/06/2025
		Renato Borges	04/03/2025
		...	...

Fonte: elaboração do autor.

A partir dos metadados de cada visita, a síntese no topo da ficha de cada acervo pode apresentar informações como nome, tipo, cidade, UF, presença de relatos de mais de um pesquisador e se o acervo se encontra em condições críticas de conservação. A seguir, ficam as fichas de cada visita, da mais recente para a mais antiga, com todas as informações preenchidas.

Com esta mudança,

- todas as informações anotadas passam a ser permanentemente válidas e devem ser preservadas. Não há informações obsoletas. A recência de cada entrada já comunica a probabilidade de vigência das informações;
- o tamanho do próprio guia deixa de ser fonte de mais trabalho, pois não é necessário refazer todo o catálogo periodicamente. Pesquisadores podem contribuir informações sem a necessidade de se comprometer com futuras “correções” de seus relatos;
- é preservada a trajetória de cada acervo ao longo do tempo, o que facilita a compreensão de seus conjuntos documentais e o planejamento de projetos amplos em relação a acervos no Brasil; e
- é documentada parte da história da musicologia com esses acervos. Caso seja necessário consultar um deles, será possível ver outras pessoas que trabalharam com ele anteriormente, que podem informar questões específicas diretamente.

Cada nova entrada (relato de visita) produzida pelos pesquisadores não precisa ter muitos campos a preencher (e muitos estarão pré-preenchidos com dados da entrada anterior). Se o acervo já constar no banco de dados, seria obrigatório apenas o preenchimento de dois campos: o nome de quem preenche e os comentários sobre o acervo. A data da entrada é criada automaticamente e resta opcional qualquer outra informação adicional (novos nomes, contatos, conteúdo etc.).



Considerações

O grande número de camadas de características de acervos faz com que pesquisadores rapidamente se identifiquem com o trabalho de outros, pois sempre há muitas questões em comum. Gargalos de pesquisa costumam se repetir, assim como se repetem os conceitos e metodologias relevantes. Nesse sentido, diálogos entre pesquisadores dedicados a acervos têm sido extremamente frutíferos tanto do ponto de vista técnico – em que as soluções compartilhadas têm grande chance de serem aplicadas pelos colegas em novas investidas – quanto da ampliação do horizonte observado, porque passamos a saber da existência de inúmeros acervos de que jamais teríamos conhecimento trabalhando sozinhos.

É necessário pensarmos novas maneiras de solucionar demandas tão perenes e antigas como aquela por um guia de acervos de fácil manutenção e validade permanente. Por essa razão, delineamos uma proposta que busca unir as vantagens dos registros textuais e hipertextuais, para superar as desvantagens das duas abordagens em separado.

Referências

ACAMUFEC – Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (coord.). **Choro**: instrução técnica do processo de registro do choro como patrimônio cultural do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2023.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BENETTI, Gustavo Frosi. Sobre acervos musicais em Roraima: situação atual e iniciativas para o estabelecimento de um guia. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 28., 2018, Manaus. **Anais** [...] Manaus: ANPPOM, 2018.

BIBLIOTECA DA ECA. Guia de Acervos Musicais Brasileiros: Um projeto da Biblioteca da ECA. São Paulo, 2017. [Blog.]. Disponível em: <https://acervosmusicais.wordpress.com/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BORGES, Renato Pereira Torres. Conceitos para falar de pesquisa na área de Música. **Debates**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 72-87, 2021.

BRASIL. Brasil Participativo, Novo Plano Nacional de Cultura, Metas, Criação de linha de fomento a Centros de Documentação Musical: preservação de Patrimônio Musical Material e Imaterial. Proposta por Raquel Aranha. Brasília, 22 de dezembro de 2024. Disponível em:



<https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/287/proposals/30893>.
Acesso em: 4 set. 2025.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CASTAGNA, Paulo. Acervos musicais. **Paulo Castagna** – Instituto de Artes da UNESP. São Paulo, [2025?]. [Blog]. Disponível em: <https://paulocastagna.com/pesquisa/acervos-musicais/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CASTAGNA, Paulo. Acervos musicais da Região Sudeste do Brasil. In: BESSA, Virgínia de Almeida; PÉREZ GONZÁLEZ Juliana. (ed.). **Sudeste**. Vitória: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2023. p. 414-469. (Histórias das Músicas no Brasil).

CDM SJC. Sobre o Fórum 2025 Jul. / Ago. Online. **Centro de Documentação Musical de São José dos Campos**. São José dos Campos: CDM SJC, 2025. Disponível em: <https://www.cdmsaojose.com/sobreoforum2025>. Acesso em: 4 set. 2025.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Mapeamento de possíveis acervos musicais em duas cidades do Maciço de Baturité e estudo exploratório no Mosteiro dos Jesuítas. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 33., 2023, São João del Rey. **Anais [...]**. São João del Rey: ANPPOM, 2023.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Papéis e serafinas: uma pesquisa de campo em quatro cidades paraibanas. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 34., 2024, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPPOM, 2024.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. **Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)**. Tese (Doutorado em Música) — Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes. Listagem de Bandas – **Projeto Bandas**. [201-]. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/consultaBandas/index.php>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

UFPel. Acervos – Inventário Nacional do Choro. Base de dados – **Choro Patrimônio**. Pelotas: UFPel, 2023.

